

A formação da identidade brasileira presentes em “Brasil na América” de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana

The formation of brazilian identity attendant in “Brasil na América” by Manoel Bomfim and “Southern Populations in Brazil” by Oliveira Viana

SANTOS, Luana Dias dos *

<https://orcid.org/0000-0002-0616-8731> 

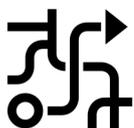
RESUMO: As discussões sobre o processo de formação nacional e identidade brasileira, perpassam por diversos intelectuais do século XIX e XX, que por meio da historiografia analisaram os conflitos, os agentes principais e as modificações políticas que influenciavam diretamente a construção da nação brasileira. Este ensaio tem como objetivo central a análise de duas obras, que procuraram construir um ideal de identidade nacional, centrada em duas visões, e ao mesmo tempo, analisar os discursos que se tornaram dominantes na sociedade atual do século XXI. A fontes que proporcionaram esse ensaio são os livros “O Brasil na América” (1997) de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana (1973).

Palavra-chave: mestiçagem; identidade; historiografia.

ABSTRACT: The discussions about the process of national formation and Brazilian identity, span several intellectuals from the 19th and 20th century, who through historiography analyzed the conflicts, the main agents and the political changes that directly influenced the construction of the Brazilian nation. This essay has as its central objective the analysis of two works, which sought to build an ideal of national identity, centered on two visions, and at the same time, to analyze the discourses that have become dominant in the current society of the 21th century. The historical sources that provided this essay are the books “O Brasil na América” (1997) by Manoel Bomfim and “Southern Populations in Brazil” by Oliveira Viana (1973).

Key-words: miscegenation; identity; historiography.

* Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas. Bolsista PIBIC/ UFMS E-mail: paondd@gmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

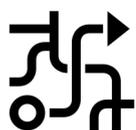
Manoel José Bomfim (1868-1932) atuou como intelectual brasileiro. Escreveu diversas obras sobre a formação da sociedade brasileira, com influências teóricas progressistas, e detém, em sua escrita, uma forma diferenciada de compreender e analisar a construção da nacionalidade brasileira, evidenciando aspectos importantes de sua época, que fora profundamente marcada pelas disputas de poder que configuravam a cultura política da primeira república no Brasil.

Em contrapartida, Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), também um intelectual brasileiro, desenvolveu um pensamento que dialoga diretamente com a tradição do ideário “conservador imperial” (REIS, 2006, p.99), tendo influências pontuais de teóricos europeus propagadores do darwinismo social, tais como Conde de Goubineau, Lagouge e Gutave Le Bon. Seu olhar histórico para a formação do Brasil diferia em diversos aspectos de Manoel Bomfim, sobretudo em relação à importância e (des)valorização da miscigenação pela qual a sociedade brasileira derivou.

Manoel Bomfim e Oliveira Viana, apesar de serem intelectuais de um período temporal similar, seus pensamentos sobre a sociedade brasileira diferem. A visão sobre a racialidade e as lutas políticas em torno da construção nacional brasileira, mostram que os caminhos feitos pelos autores para determinar uma identidade brasileira, definiram-se por uma forma mais progressista e outra conservadora de entendimento do mundo.

Nesse sentido, a visão progressista de Manoel Bomfim, destacou-se nessa análise, ao ser atribuído em seus escritos, uma máxima importância ao *mameluco* – um ser miscigenado – no processo de construção da nação. Na contramão, o pensamento de Oliveira Viana, que idealiza o homem branco como única possibilidade de progresso e melhoramento da sociedade brasileira, defende a ideia da homogeneidade racial centrada na superioridade da raça branca europeia.

Os discursos encontrados nas obras de Viana, possibilita uma correlação com um pensamento que, no plano de legitimação política, foi o mais propagado. Mesmo sendo incompatível com as características multiétnicas da sociedade brasileira, defendia um discurso de superioridade racial, centrado na apologia dos brancos europeus. O autor os identificava como parâmetro de civilização e tradição a ser continuada, algo compartilhado com os intelectuais e cientificistas conservadores que buscavam nas teorias raciais o desenvolvimento e progresso da nação. Nesse ponto, este ensaio procura sistematizar para



além da construção de uma identidade brasileira a ser construída nas obras de Oliveira Viana e Manoel Bomfim, mas como a *miscigenação* influenciava diretamente no projeto de nacionalidade em formação.

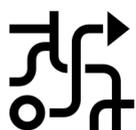
Scharwcz (1993) aponta em sua análise sobre a cientificidade e seus estudiosos do século XIX que, sendo o Brasil um país majoritariamente mestiço, as teorias raciais foram de extrema importância para se discutir a significância das misturas raciais, embora tenham sido incorporadas pela sociedade científica brasileira posteriormente à Europa e América do Norte, diferindo até mesmo em sua aplicação devido a dinâmica racial tão específica.

A partir disso, pode-se perceber que, sendo a aplicação das teorias raciais na sociedade brasileira diferente de como estava sendo abordada nos outros países, o discurso que aflorou entre os intelectuais, tanto externos quanto internos, era de exaltação da mestiçagem, pois acreditavam que o Brasil, inexoravelmente, se tornaria branco (SCHARWCZ, 1993, p.33). Essa ideia colaborou para as defesas sobre a formação identitária brasileira, construídas nas narrativas de Oliveira Viana e Manoel Bomfim, de forma que a mestiçagem foi considerada por ambos como o mecanismo mais importante da formação nacional. Partindo da análise feita sobre “*O Brasil na América*”, Bomfim descreve a mestiçagem como a essencialidade da construção da nação brasileira, entendendo que o Brasil

[...] se fez à custa de desenvolvido cruzamento, em que entraram, finalmente, as três raças humanas extremas. Se se admite qualquer inconveniente em tais cruzamentos, há que admitir, com isto, que a Nação Brasileira radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o Homem (BOMFIM, 1997, p.172).

Observa-se que, além de valorizar a mestiçagem, Bomfim faz críticas àqueles que acreditam na superioridade da raça pura, como Oliveira Viana, ao relacionar seu nome aos preconceitos das teorias raciais. Em suas alegações, Bomfim acredita que ao estimar uma inferioridade dos negros e indígenas, ignora-se a significação de uma sociedade mestiça, na qual, nesses casos, o preconceito supera a razão. Por esse motivo, a crítica remete ao pensamento sobre arianização dos negros encontrado nas obras de Oliveira Viana, que por meio das teorias raciais sugeria uma supremacia branca.

Em sua análise, Oliveira Viana atribuía o desenvolvimento da Colônia e Império do Brasil aos lusitanos brancos, e acreditava que graças a estes, o país não tinha se enegrecido, pois existia uma relação racial entre brancos (europeus e brasileiros descendentes) e negros ou indígenas, considerados como raças inferiores. Portanto, apesar de advertir sobre os



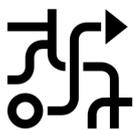
cruzamentos genéticos, encontra na miscigenação a possibilidade de branqueamento da sociedade à longo prazo. Inspirando-se no darwinismo social e se aproximando de teóricos como Goubineau, configura para a sociedade brasileira a passagem do arianismo puro ao darwinismo social, aplicando a política do evolucionismo no plano social, para justificar a dominação do ocidente europeu branco em relação ao restante do mundo. Na mesma linha, justifica para além do Ocidente, a dominação colonialista do continente africano, aos olhos do eurocentrismo capitalista cristão.

Este ensaio, baseado na proposta de Certeau (1989) sobre a escrita da história e o lugar do historiador na construção de uma narrativa sobre o passado, parte do pressuposto de que a operação historiográfica é essencial na caracterização da profissão do historiador, cuja escrita resulta da prática de pesquisa com suas fontes, de seu lugar social e a escala de sua observação, de modo representar determinados aspectos do passado, mas não a sua totalidade. Portanto, para o estudo da historiografia, é de extrema importância entender que todo “[...] ‘fato histórico’ resulta de umas práxis, porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido” (CERTEAU, 1989, p.41).

Diante disso, o objetivo consiste em analisar os discursos sobre a formação da identidade brasileira e, como isso interferiu nos projetos de nação propostos por Manoel Bomfim e Oliveira Viana. Para tanto, realizou-se o esforço de crítica e comparação de intelectuais familiarizados com as discussões raciais do século XIX. Utilizando-se das discussões propostas por Jessé Souza (2017), busca-se, através deste ensaio, relacionar aos debates historiográficos problemáticas atuais e discursos dominantes de uma elite branca, detentora de poder econômico e cultural, que perpassam diversos âmbitos da sociedade e reproduzem um conservadorismo, interferindo diretamente na permanência das desigualdades racial, de gênero e de classe.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO “BRASIL” A PARTIR DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA

A formação da sociedade brasileira se deu por uma série de acontecimentos particulares e únicos, isto é, por processos sociais, políticos e raciais que determinaram lutas e linhas de estudos sobre o processo de desenvolvimento nacional. Dentre elas, a perspectiva de Manoel Bomfim, em “*Brasil na América*” remete ao leitor que o protagonista nacional foram os gentis, desde o primeiro contato entre portugueses e os povos originários.



O protagonismo dos gentis, evidenciado pelo autor, está relacionado ao progresso que a sociedade brasileira sucedeu, traçando um marco temporal desde a Colônia até o Império. Os portugueses, apesar de importantes nesse processo de desenvolvimento nacional, ficaram em segundo plano. Isto porque, Bomfim classifica o auxílio e as trocas de saberes proporcionados pelos indígenas, como essenciais para esse processo, já que aos portugueses faltavam conhecimento suficiente sobre o novo território para que tivessem êxito na colonização.

Nesse sentido, miscigenação não teria sido uma exploração; Bomfim romantiza o contato entre o branco europeu e indígenas e, aponta como uma troca de saberes e companheirismo, possibilitando o conhecimento e recursos a serem utilizados sobre a vasta região brasileira – não uma invasão de terras já habitadas. Nesse sentido, Bomfim vê nessa relação – entre brancos e indígenas – o mameluco como o protagonista miscigenado que possibilitou o desenvolvimento da pátria brasileira.

No caso do Brasil, fundindo-se as raças componentes, desprezaram-se os preconceitos que, noutras colônias, criaram as castas, dando motivos às lutas de Raças. A nobreza de então, que deu grande parte do heroísmo do primeiro Brasil, forma uma bela aristocracia rural, vivendo do escravo sim, mas tão humana, que não tem par em todos os outros países colônias da época (BOMFIM, 1997, p.375).

Nesta passagem, Bomfim procura mostrar que a colonização portuguesa na América não se igualou ao que ocorreu em outras colônias europeias, pois, para ele aquela possuiu um caráter humanizador. Neste viés, ao compará-la com a colonização espanhola, o autor critica o caráter desumano do tratamento dos espanhóis em relação aos indígenas, fato que havia inferiorizado a nação surgida da colonização violenta. Assim, sustentava seu argumento de que a escravidão indígena era menos prejudicial e humana, ao dispor aos escravos vestimentas, comida e tratos de bondade por parte dos senhores de engenho.

O discurso de Bomfim, sobre miscigenação, caminha próximo a de intelectuais que, segundo Costa (1999), apontavam a sociedade brasileira como detentora de uma mobilidade social que tornava o preconceito racial menor equiparado aos de classe. Em vista disso, tinham-se a ideia que o caso brasileiro diferia dos Estados Unidos, em termos raciais, posto que os norte-americanos não eram um povo miscigenado, mas segregados racialmente. Logo, a ascendência social por parte da população negra, estava entrelaçada a miscigenação, pois significava a eliminação do preconceito racial.

A propagação de um discurso de harmonia entre as raças criou uma ideia de *democracia racial*, ignorando a segregação racial tão perceptível entre a população



brasileira. Como aponta Figueiredo e Grosquel (2009) a democracia racial foi e é um mito, pois, mesmo escancarada – entretanto, sem uma lei que a definia, como a Jim Crow¹ – ela era nítida nas diferentes classes sociais. Dessa forma, os intelectuais que promoveram uma visão da sociedade brasileira pautada na democracia racial impossibilitaram a formação do que os autores chamam de consciência racial, entre a população negra e mestiça, no Brasil.

Observando como Bomfim formula suas ideias sobre a colonização e as relações entre portugueses e indígenas, o autor propaga uma homogeneização de uma população nacionalmente igual e brasileira, na qual as distinções (gentil e português) só existiram nos primeiros contatos da colonização. Por meio da catequese os gentis teriam sido incorporados na sociedade e o cruzamento genético possibilitado, desde cedo, a criação de uma *pátria brasileira*. Nesse sentido, as relações entre português e gentil teria formado o agente principal e consolidador de uma identidade totalmente brasileira: o *mameluco*. Nesse ponto, o pensamento de Bomfim se difere de Oliveira Viana, que vê o homem branco português, como agente principal para a formação da nação, fazendo apologia à volta do lusitanismo, como referência de civilização.

Bomfim, em seu projeto de nacionalismo, criticava a aristocracia e governança imperial bragantina. Para o autor, o governo lusitano, desde a colônia, não estava relacionado aos interesses do povo brasileiro, tratando a nação com desprezo e extorsão de suas riquezas. Sua política tinha o objetivo de amparar Portugal, que era incapaz de se auto sustentar. Bomfim faz críticas à própria Proclamação de Independência em relação a Portugal, que acreditava ser uma farsa por não ser inteiramente brasileira, posto que fora conduzida por um príncipe português. Para ele, o processo tinha o intuito de consolidar a linhagem portuguesa no trono brasileiro, já que não havia uma resistência fortalecida suficiente para uma luta armada que os tirassem do poder.

Em “*O Brasil na América*”, Bomfim volta a afirmar que um dos problemas que manteve o poder lusitano tão presente na sociedade e política brasileira foi a falta de movimentos revolucionários, de cunho nacionalista, que não tiveram forças suficientes para declamar a independência e reivindicar o poder aos brasileiros.

Em verdade, o grito do Ipiranga, pela boca de um príncipe português, aliciado para a independência do Brasil pelo Conde dos Arcos, tão português que não

¹ Jim Crow (1865-1965) foi um sistema que “consistia em um conjunto de códigos sociais e legais que determinava a separação completa das “raças” e limitava acentuadamente as oportunidades de vida dos afro-americanos, ao mesmo tempo em que os prendia aos brancos numa relação de submissão generalizada sustentada pela coação legal e pela violência terrorista.” (WACQUANT, 2006, p.11). A lei defendia que os negros deveriam se relacionar apenas com negros, viver em locações, frequentar igrejas e utilizar os assentos no transporte público destinados aos negros.



pode ser tolerado pelos próprios brasileiros da Independência; aquilo foi uma afronta ao ideal desta pátria, já tão potente na consciência dos nacional que tivera a força de fazer mártires – os de dezessete, executados pelo próprio bragantismo (BOMFIM, 1997, p.421).

Dessa forma, os fatos que sucederam após a Proclamação foi o rompimento do domínio e exploração da metrópole portuguesa sobre o Brasil, mas não sua erradicação do trono brasileiro. Nesse sentido, o projeto de sociedade visivelmente democrata e nacionalista não foi sucedida, pois havia a continuação do governo português com a monarquia Bragança no trono brasileiro.

Por outro lado, Oliveira Viana, tanto em “*Populações Meridionais no Brasil*” quanto em outras obras, como *O Ocaso do Império*, vê no lusitanismo a glória de uma pátria bem construída social e politicamente.

Durante o período imperial tínhamos, ainda mais do que hoje, uma estrutura social muito simplificada; de maneira que a vida política não se distribuía por vários centros de atividade, não se dispartia por várias classes ou grupos profissionais: concentrava-se quase toda numa classe única, que era a grande aristocracia rural (VIANA, 1973, p.21).

Com uma visão mais elitista e conservadora, o autor entende a elite fazendeira e a monarquia lusitana como os agentes principais do desenvolvimento da sociedade brasileira. Viana atribui à D. Pedro II as qualidades de “[...] homem de bem, ao modo antigo, ele tinha claro idealismo latina da Verdade, da Justiça e da Bondade” (VIANA, 1973, p.183). A elite branca fazendeira detinha a característica mais importante: o sangue europeu, e conseqüentemente, conseguiam prosperidade em suas terras, o que possibilitava o desenvolvimento econômico do Império.

Depois de três séculos de paciente elaboração, a nossa poderosa nobreza rural atinge, assim, a sua culminância: nas suas mãos está agora o governo do país. Ela é quem vai daqui por diante dirigi-lo. É esta a sua última função em nossa história. Dela parte o movimento pastoril e agrícola do I século. Dela parte o movimento sertanista do II século. Dela parte o movimento minerador do III século. Nela se apoia o movimento político da Independência e da fundação do Império. Centro de polarização de todas as classes sociais do País, a sua entrada no cenário da alta política nacional é o maior acontecimento do IV século (VIANA, 1973, p.41).

Oliveira Viana busca historicizar a grande conquista e enaltecer os bens que a política dos grandes proprietários rurais promoveu. Essa elite branca fazendeira, estava assegurada por grandes extensões territoriais e possuía poder suficiente para lutar contra o poder centralizador. Na análise de Sousa (2013), a miscigenação aparece como um



mecanismo de consolidação de uma sociedade pautada nos valores de uma política elitista, de exploração e conquistas, baseados no derramamento de sangue negro e indígena.

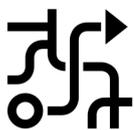
Pode-se entrelaçar o pensamento de Viana, com o bandeirantismo que, no século XXI, enaltecia os bandeirantes como grandes conquistadores. O pensamento de que a vida indígena vale menos que o poder econômico, é encontrado escancaradamente em *Populações Meridionais no Brasil* (1927). O autor explana que a conquista de sesmaria se deu graças à coragem e bravura dos bandeirantes em adentrar terras longínquas, expulsando e matando indígenas, atrelando isso a um “ato de heroísmo”.

O bandeirantismo, em sua gênese, encerrou-se, mas na sociedade atual a expulsão dos indígenas das terras permanece como um “ato necessário” para o desenvolvimento econômico dos latifúndios. Viana destaca a necessidade de expulsar os indígenas para o “coração das matas”, longe das fazendas e das cidades, argumentos que ainda se fazem presentes nos discursos proferidos por aqueles que se encontram no poder atualmente.

Diante disso, a política de branqueamento entra no hall de interesses da elite branca, utilizando da imigração europeia como impulsão para a concretização de uma miscigenação, que melhoraria o desenvolvimento individual e coletivo da sociedade brasileira. A melhor opção era a de impulsionar a imigração branca europeia para concretizar a política de branqueamento, ao invés de proporcionar melhoria de vida social e econômica para a população mestiça, negra e indígena marginalizada.

Enquanto os indígenas eram empurrados para longe das cidades, o que Viana entende como resultado do “triunfo do sertanismo” (VIANA, 1973, p.132), os negros não tiveram amparo institucional para adentrarem o sistema capitalista. Faltavam-lhes conhecimentos, educação básica e formação qualificada sobre o mercado empregador tão disputado.

Além disso, com a chegada de imigrantes europeus, a disputa ficou mais acirrada, pois, ao comparar a preparação e o conhecimento de um sistema capitalista e o modo de produção europeu, que vinha sendo consolidado desde o século XVIII, os imigrantes tinham vantagem sobre os negros, recém libertos, acostumados com o sistema escravocrata de trabalho. Como afirma Jessé Souza, “[...] o ‘estrangeiro’ aparecia aqui, inclusive, como a grande esperança nacional de progresso rápido” (SOUZA, 2017, p.47), que funcionava também como a modernização da mão-de-obra, recentemente valorizada com o advento do capitalismo no Brasil. Por essa via, a reprodução de desigualdades classe no Brasil, se construiu em cima do preconceito de raça, conseqüente de uma política racista e eugenista.



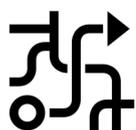
A imigração, na visão de Bomfim, foi impulsionada de forma errônea para o âmbito político e econômico em que se encontrava o Brasil no período. Em *América Latina: males de origem* (1993) vê que a emigração deveria acontecer se o país estivesse em condições de comportar essa população que vinha em busca de uma vida melhor, e não o contrário. Para o autor, então, a imigração não passou de uma “importação de braços”, criando um ciclo de mão-de-obra barata que não favorece os imigrantes, deslocando-os de volta à sua pátria.

Em contrapartida, Oliveira Viana considerava a imigração e a mestiçagem como um meio para um fim: tratava-se da purificação da raça e da expansão do território brasileiro, visto que só foi possível alcançar regiões afastadas graças às famílias poligâmicas instituídas durante o período colonial, ou seja, as relações entre senhor e escrava. Entretanto, Munanga (1999) analisa que os casamentos com as mulheres de outras “raças” se tratou, na maioria dos casos, de estupros e da dominação do senhor branco sobre os corpos dessas mulheres.

A mestiçagem foi usada como uma ferramenta do darwinismo social por ser uma prática de poder recorrente na sociedade brasileira. Dessa forma, surge uma nova dinâmica racial e, logo, uma nova classe social. Viana afirma que estes seres miscigenados deveriam ser “classificados” diferentemente, visto que não eram nem brancos, negros ou indígenas, mas uma mistura genética. Dessa forma, o que parecia uma oportunidade de ascensão social, para Viana é, na verdade, ilusória:

Essa classificação, porém, é provisória ou, melhor, ilusória. O mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repele. Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social indefinida. Ele vive continuamente numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão constante de forças contraditórias (VIANA, 1973, p.129).

Viana mostra que o mestiço pertencia a uma categoria específica na hierarquia racial, não partilhando da mesma inferioridade do negro e do indígena, tampouco da superioridade branca. De acordo com o autor, por viverem na ambiguidade, alguns miscigenados não gostavam de serem explorados como negros escravos, pois não eram totalmente negros. Esta posição admitida pelos mestiços é criticada, pois não importava o quanto de sangue branco corria em suas veias ainda possuía o sangue negro e partilhava das mesmas características físicas. Só tinham possibilidade de ascensão social aqueles que se aproximavam ao máximo dos brancos europeus. Da grande massa de mestiços que popularizavam o Brasil, estes serviriam principalmente para o combate e proteção da aristocracia brasileira e seu poder. Na concepção de Viana, somente após várias gerações, quando o sangue negro e indígena estivesse expurgado, é que o progresso seria alcançado.



Em sua análise, Viana reconhecia diferenças entre os próprios mulatos: os mulatos do tipo inferior, que se aproximavam mais das características dos negros; e os mulatos arianos, superiores, que traziam os traços do branco português, considerados:

[...]produtos diretos do cruzamento de branco com negro, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo somáticos da raça nobre. Do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana (VIANA, 1973, p.171).

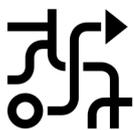
Além disso, Viana explica que os negros não eram uma população homogênea, já que partilham de diferentes características físicas e culturais, mesmo que, no contexto geral, sejam “indomesticáveis e incivilizados”, sem propensão de melhoramento ou ascendência social e intelectual. Esta leitura evidencia a influência das teorias raciais em suas obras, ideias que ainda hoje encontram forte ressonância na cultura política de diversos setores da sociedade brasileira.

Ademais, o pensamento de Viana está diretamente ancorado no determinismo biológico como fator explicativo das diferenças sociais presentes na sociedade brasileira. Ao contrário de Bomfim, ele não percebe essa desigualdade construída historicamente, mas como um dado natural e incontornável. Dessa forma, o determinismo biológico e o evolucionismo social são paradigmas que o mobiliza para explicar o Brasil, reforçando o mito da superioridade de uma elite branca em relação ao restante dos sujeitos nacionais.

O que resulta de todo o processo de arianização é a fase da “escravidão moderna” (SOUZA, 2017, p.51), a reprodução de uma elite branca fazendeira, que continua a deter os meios de produção, logo, a reprodução de uma dominação. Relacionando com Weber (1999), a dominação, não necessariamente parte da necessidade de capital econômico, contudo, não está fora dele. Nesse sentido, a dominação está em diversos setores da sociedade desempenhados, tanto por um monarca quanto por um chefe de família.

Seguindo a lógica de Oliveira Viana, os senhores brancos, por meio do paternalismo – aquele que, no domínio social, guiava e acolhia em seu território, os agregados, escravos, os mamelucos etc., como o “bom” senhor branco que conduz às conquistas – permanece como pensamento recorrente na atual sociedade brasileira.

Trazendo a discussão para refletir sobre as problemáticas da sociedade atual, percebe-se que a aplicação do racismo científico pode ser observado mesmo décadas após o começo do século XX. Além disso, o discurso sobre a existência de uma democracia racial, dificultou a erradicação do racismo estrutural, por exemplo. Nesse sentido, Jesse de Souza



(2017) analisa que a população negra, passou a disputar a desigualdade de classe entre brancos pobres, ao mesmo tempo, que precisou lidar com o racismo, que o desqualifica.

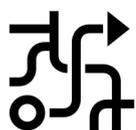
Em vista disso, o racismo científico, atuou em duas mãos: preconizou a mão de obra negra, ao mesmo tempo, que incentivou uma imigração maciça brancos pobres, sem possibilidade de amparo para ambos. A formação nacional e sua identidade brasileira, por esse motivo, está entrelaçada ao discurso de miscigenação. As consequências da escravidão, da mestiçagem e da imigração, constituíram classes sociais, não somente formadas por aspectos econômicos, mas, sobretudo, socioculturais (SOUZA, 2017, p.54).

Nesse sentido, as análises historiográficas sobre os livros “O Brasil na América” e “Populações Meridionais no Brasil”, apontam caminhos para compreender as problemáticas tão pertinentes do século XXI. Percebe-se que a sociedade brasileira é constituída por uma desigualdade construída por uma exploração simbólica, que precisa ser analisada interseccionando classe, raça e gênero.

Partindo da análise de Souza (2017) sobre a constituição da permanência de interesses da elite sob uma população pobre e marginalizada no Brasil, reproduz valores que não estão pautados apenas no acúmulo de capital econômico, mas também, o capital cultural. Fortemente apropriado pela classe média, esse capital cultural “vai tender – do mesmo modo que os ricos fazem com o dinheiro – a perceber o conhecimento valorizado como algo que deve ser exclusivo à sua classe social” (SOUZA, 2017, p.57). Sendo assim, o capital cultural é a forma que o indivíduo internaliza o conhecimento apreendido e o que se acumula culturalmente como a educação, arte, literatura.

Associa-se a desigualdade socio cultural ao discurso meritocrático, ao qual disporiam todos os indivíduos a possibilidade de “chegar à algum lugar”, desconsiderando a marginalização dos sujeitos e a dificuldade de ser aceitos em espaços públicos, que é seu por direito. Criminalizam os corpos negros e lhe recusam educação de qualidade, reproduzem a ideia que todos tem a mesmas habilidades, em discursos fundamentalistas, ignorando construção socio, cultural e histórica dos sujeitos. Visto que, a classe média herda principalmente o capital cultural, mais ou menos como o capital econômico, e as pessoas das classes populares continuam a reproduzir o pouco que chegam até elas. As desigualdades não são extinguidas, continuam a ser perpetuadas e naturalizadas por meio de discursos que tem o intuito de beneficiar determinados sujeitos em detrimento de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O ensaio então, procurou estabelecer uma relação, mesmo que sendo de discordância, entre Oliveira Viana e Manoel Bomfim. Nesse sentido, a formação nacional, ao mesmo tempo que discutem sobre os mesmos sujeitos – branco europeu, o indígena e o negro – suas visões se opõem sobre seus protagonismos. Para Bomfim, percebe-se que o lusitanismo além de um mal para a sociedade, sua contribuição mínima, gerou impactos, que retardou a formação de uma identidade nacional solidificada.

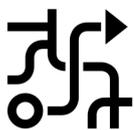
Em direção oposta, Oliveira Viana vê no branco europeu qualidades que levariam ao progresso e consolidação de uma identidade brasileira, utilizando da política de branqueamento e os ideários arianistas. Conforme discute Munanga (1999), as ideias propostas por autores como Viana, integram um discurso genocida que parte do pressuposto de que, aos extinguir uma população negra pode-se, enfim, construir uma sociedade melhorada nos sentidos morais e intelectuais.

Diante da análise feita das obras, é possível entender que os dois pensamentos tiveram impactos significativos na construção de modelos de identidade e nacionalidade brasileira. A construção identitária que se formou ignorou as diferentes etnias e culturas, sendo mistificadas e oprimidas. Os discursos sobre nacionalidade homogeneizaram os pensamentos de que o Brasil, sendo um país mestiço, não conseguiu criar uma mentalidade crítica sobre as opressões raciais e de classe, fortemente enraizada, contribuindo para a ascensão de discursos de que não existam desigualdades entre o povo brasileiro

Bomfim, com uma narrativa progressista e romantizada sobre a sociedade brasileira, contribuiu para reprodução de um olhar homogêneo e não hierarquizante da população. Para o autor, a sociedade brasileira possuiu muitos problemas que precisavam ser analisados e reformulados, inclusive a política bragantina enraizada na política desde o período colonial. Contudo, sua análise propõe uma suavização da escravidão, que em seu todo, foram cruéis, tanto psicológica quanto física, para os negros e indígenas.

Em seu texto, ele vislumbra os males da escravidão, mas não percebe, ou deliberadamente escolheu não demonstrar, pelo menos em sua obra o “*Brasil na América*”, que os indígenas também foram escravizados e dizimados no processo de ocupação de seus territórios. Ao contrário do que propõe Bomfim, eles não foram doadores voluntários de suas terras, mas sim vítimas de genocídio. Esse aspecto da história do Brasil não pode ser romantizado pela história da historiografia.

Enquanto Viana, com seu pensamento arianista, construiu uma narrativa que contribuiu diretamente para a preservação dos privilégios das elites brancas no poder,



naturalizadas, ao mesmo tempo em que de forma politicamente deliberada fomentou a reprodução do discurso sobre a inferiorização dos negros.

Contrapondo o discurso homogêneo e repressivo proposto pelos autores, lutas extensivas foram feitas pelo Movimento Negro Unificado, em 2003, conseguindo a implementação de cotas raciais e uma lei que pudesse abranger os ensinamentos sobre povos indígenas, africano e a cultura afro-brasileira no interior das salas de aulas. Foi então, implementada a lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o ensino de História, tendo como obrigatoriedade o ensino africanizado nas escolas, com o intuito de se ter reflexões, repensando os sujeitos construídos historicamente como não detentores de poder, ou seja, como sujeitos descartados do processo da formação história-cultural do Brasil.

Esse movimento de inserção sobre a cultura indígena e africana nos ensinamentos, é entendido como formação de identidades e o resgate cultural, que apesar de constituintes da sociedade brasileira, foi marginalizado e escondido, fora do alcance de uma parcela da sociedade, embranquecida – não necessariamente em sua pele, mas em valores, padrões de beleza e vocabulários. No mais, a construção de uma identidade possibilita a formação de uma consciência racial e de classe, paradigmas visibilizados a partir do ensino e aprendizagem dos processos históricos. Como afirma Munanga, significa “a recuperação da negritude, na sua complexibilidade biológica, cultural e ontológica (MUNANGA, 1999, p.101).

O papel da história na construção de uma identidade cultural, que mostre os diversos sujeitos precursores do desenvolvimento de uma nacionalidade, é fundamental para nos revermos com o nosso passado histórico efetivo. A classe média que se aproxima, em níveis de capital cultural, da elite, ignora a historicidade com que foram construídas as famílias senhoriais – a elite – e suas vantagens dentro do contexto brasileiro, naturalizando o discurso que atribuía às mesmas possibilidades de crescimento econômico e cultural entre todas as classes sociais.

Ao mesmo tempo, sentindo-se ameaçados pela crescente ascensão das populações marginalizadas, sejam nas questões de classe e raça, em espaços que antes eram designados apenas àqueles que detinham poder econômico e/ou cultural, há uma retomada de discursos conservadores, propondo privatizações e tomada de direitos de bem social, para que as classes sociais não se modifiquem, garantindo a perpetuação dos privilégios à uma pequena parcela da sociedade. Tal como demonstra Max Weber em sua clássica sociologia da dominação:

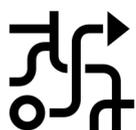


Toda dominação que pretenda continuidade é, em algum ponto decisivo, dominação secreta. Mas os dispositivos específicos da dominação, baseados numa relação associativa, consistem, de modo geral, no fato de que determinado círculo de pessoas, habituadas a obedecer às ordens de líderes e interessadas pessoalmente na conservação da dominação, por participarem desta e de suas vantagens, se matem permanentemente disponíveis e repartem internamente aqueles poderes de mando e de coação que servem para conservar a dominação (WEBER, 1999, p.196).

Por esse motivo, a classe dominante guarda o segredo do conhecimento e de suas intenções, inalcançável para as classes populares, que almejam adentrar os espaços privilegiados fortemente assegurados por aqueles que historicamente detém o poder no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Editora: Topbooks, 1993.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- FIGUEIREDO, Angela. GROSFOGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Soc. E Cult. Goiânia, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.
- PAIVA, Vanilda. *Oliveira Viana: nacionalismo ou racismo*. *SINTESE: Revista de Filosofia*, 1976. pp. 57-84.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUSA, Ronilson de Oliveira. *Oliveira Viana e as questões da miscigenação no Brasil: a desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país*. In: *Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA, 2013.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. pp. 46-103.
- VIANA, O. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.



WEBER, Marx. 1864-1920 *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade Brasília, 1999.

FONTES

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

Recebido em: 27/04/2020

Aprovado em: 01/06/2020